

A CÉSAR O QUE É DE CÉSAR

Cláudio Antônio Soares Levada¹

Esquecida do ensinamento, vem a CNBB "manifestar preocupação" porque teria, o STF, invadido a competência do Legislativo ao decidir sobre a união estável entre homossexuais. Como se sabe, foi ela equiparada juridicamente à união estável heterossexual, por votação unânime de dez dos onze ministros (Tofoli deu-se por impedido).

Também me preocupa a questão, mas pelo fato de a CNBB imiscuir-se no que não lhe cabe opinar, misturando o jurídico ao religioso e gerando, disfarçadamente, cizânia e desconfiança na sociedade civil.

Bispos darem pareceres jurídicos equivale aos juristas criticarem bulas e encíclicas papais, apontando erros teológicos e de interpretação das Escrituras. Falar em extrapolação de competência, então, quando todos os Ministros do Supremo Tribunal Federal interpretaram a questão como jurisdicional, foi o mesmo que desfazer dos dogmas cristãos por falta de provas, quando uma coisa é questão jurídica, outra questão de fé.

Não ha dúvida de que o Legislativo foi omissso na regulamentação da matéria, mas justamente por lhe ser conveniente "ficar em paz" com os segmentos da sociedade influenciados pela religião, especialmente pela Igreja Católica. Nesse ponto é que entra o Judiciário, para fazer valer direitos fundamentais previstos na Constituição Federal, mormente em proteção à dignidade humana, independente de raça, sexo, credo ou orientação sexual (que agora a CNBB diz respeitar, mas ataca todo tempo, como pecado, doença ou ambos).

O Estado brasileiro é leigo, felizmente, e graças a isso estamos longe da repetição de Inquisições ou Cruzadas, de Torquemadas ou embates entre Ricardo Coração de Leão e Saladino, bem como de leis feitas por padres, pastores, rabinos ou aiatolás. Cada instituição deve cuidar de seu âmbito de ação, os Poderes civis das leis civis e políticas, o Poder eclesiástico das leis divinas e de sua aplicação aos fiéis.

Aos bispos, a Bíblia. Ao Judiciário, a Constituição Federal. O contrário já foi experimentado historicamente - e resultou sempre em milhões de mortes, intolerância, sofrimento e dor.

¹ Desembargador no TJSP, Mestre em Direito Civil pela USP e Doutor em Direito Civil pela PUCSP.